

Capítulo 10

Movimentos Sociais da Economia Solidária na América Latina: Simbolismos de uma Luta Contra o Capitalismo Hegemônico

Eduardo Girão Santiago¹⁷¹

Introdução

Em estudo recente intitulado *Informe sobre el Trabajo en el Mundo-2011: Los mercados al servicio del empleo*, a Organização Internacional do Trabalho – OIT, projeta um quadro onde 2/3 (dois terços) das economias avançadas, e metade dos mercados emergentes e em desenvolvimento voltam a experimentar retração do emprego (OIT, Dezembro de 2011, nº 73).

Este processo se instaura sobre uma situação ocupacional que já era precária antes mesmo da crise de 2008 e que, no momento, segundo a instituição há pouco mencionada, registra uma monta de mais de 200 milhões de desempregados em todo o mundo.

Convém assinalar que a OIT elaborou uma sombria análise nas vésperas da Conferência de Líderes do G20 em Cannes, na França, onde afirmou que a economia mundial encontra-se submetida a uma nova e mais profunda recessão do emprego que retardará ainda mais a recuperação econô-

¹⁷¹ Eduardo Girão Santiago – Economista e Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, professor do Departamento de Ciências Sociais da UFC e membro da Rupal.

mica mundial e poderá desencadear um crescente mal-estar social em numerosos países (OIT, 2011, p. 8).

Até mesmo em regiões que vinham apresentando dinâmicas econômicas relativamente positivas, como o leste e sudeste da Ásia e a América Latina, já se percebem sinais de alerta. Segundo a OIT, mais da metade da população da China denota descontentamento com a situação laboral. Por seu turno, na América Latina e Caribe, países como a República Dominicana, Equador, Haiti, Nicarágua e Uruguai, o grau de insatisfação com o mercado de trabalho supera a cifra de 60% (OIT, 2011, p. 9).

O processo de acirramento da crise do capital, no entender de Mészáros, se iniciou em 2007, com a explosão da bolha imobiliária e especulativa nos Estados Unidos que respingou em todo o mundo no decorrer de 2008 (MÉSZÁROS, 2011, p. 6). Para este pensador marxista contemporâneo, a atual crise econômica está longe de ser algo meramente pontual, mas está associada a uma tensão estrutural do capitalismo.

Ao que tudo indica, o epicentro da crise parece ter suas origens ainda no final do século XX, com a derrocada do fordismo e a prevalência de um modelo de acumulação flexível de capital, posto em prática nas últimas duas décadas do século XX e na primeira do século XXI.

Na visão de David Harvey, este modelo culminou com a supervalorização do capital, com o aumento do tempo de giro do capital, implicando na redução drástica dos empregos tradicionais, no aumento do autoemprego, no imperativo da competitividade, na adoção compulsória do empreendedorismo e do individualismo, enfeixando um conjunto de ações compatíveis com o capitalismo financeiro liberal, lastreado, atualmente, na veloz e incessante revolução da tecnologia e do conhecimento (HARVEY, 2002, p. 139- 143).

Por seu turno, Antunes (2010), acentua o papel das mudanças no mundo do trabalho, especificamente sobre os direitos trabalhistas. Para ele, as conquistas trabalhistas estão sendo substituídas e flexibilizadas no atual modelo capitalista de produção globalizada (ANTUNES, 2010, p. 24).

A análise deste cenário vislumbra uma era de incertezas e prenuncia uma constante quebra de paradigmas em todos os quadrantes da vida. Isto tem muito a ver com a “destruição criadora”, com as inovações tecnológicas permanentes, com as novas formas de gestão e com os novos hábitos de consumo diversificado e desenfreado, enquanto atributos schumpeterianos. Há indícios de uma sociedade fria e calculista que não se incomoda com os sobrantes do capital, que se “naturalizou” com o infortúnio coletivo daqueles que não se inseriram no mercado de trabalho competitivo.

O que importa hoje é o “ser empreendedor” atuando nas racionais formas de acumulação flexível do capital. Quanto aos humanos, principalmente aqueles trabalhadores simplesmente esquecidos pelo novo capitalismo, deverão flutuar na vida, à deriva.

O importante para a nossa reflexão, acerca disso, é que os nossos ancestrais sempre viveram alguns contextos históricos marcados pela incerteza, como guerras, pestes, fome, crises econômicas e outras catástrofes temporárias (SENNETT, 2005, p. 33).

A despeito de tudo isso, os Fóruns Sociais Mundiais esboçam uma forte reação cidadã. “Davos, Seattle, Nova York, Gênova, Índia, Porto Alegre, Venezuela, Belém, Índia e Dakar constituíram movimentos sociais planetários que bradaram a utopia: “Outro mundo é possível”, “Uma nova economia é possível”, ou ainda, “A economia solidária é real”.

A presente crise da economia mundial expõe claramente a fragilidade e a incapacidade de o neoliberalismo dar conta das questões da exclusão social, da redução das desigualdades sociais e da preservação do meio ambiente. Por outro lado, poderá ser o espaço social onde “Uma outra economia seja possível”.

Avançar nesta perspectiva dependerá de como os movimentos sociais, os governos populares, as igrejas e os “coletivos revoltados” juntarão suas forças para afiançar as mudanças que se prenunciam no mundo.

A realidade é que, recentemente, movimentos sociais expressivos em protesto ao capital financeiro globalizado têm fortalecido esta corrente, como os Indignados da Espanha, a Primavera Árabe, o *Occupy Wall Street* e o Movimento de Estudantes no Chile. É provável, assim, que, a despeito de sua forma ainda embrionária, a Economia Solidária seja uma alternativa viável à crise do capital.

A Recorrência e Atualidade das Experiências de Economia Solidária na América Latina

Parece contraditório especular teoricamente sobre o tema da Economia Solidária retomando o mentor do pensamento atual que dá vida ao capitalismo contemporâneo. Falamos de Schumpeter, o mago do novo capitalismo que, a despeito de sua destruição criadora e da função messiânica do empresário inovador que desconstrói vez ou outra, o fluxo circular produtivo. Em sua obra de 1942 intitulada *Capitalismo, socialismo e democracia*, previu o colapso do capitalismo e prenunciou que o socialismo seria o sistema econômico do futuro (SANDRONI, 2005, p. 758).

Toda a argumentação até aqui desenvolvida intentou expor as evidentes máculas do capitalismo contemporâneo, mas, também, destacar o fato de que ele parece calibrado para dar conta da inclusão parcial dos humanos que ainda fazem parte da maratona da seleção natural. Uma maratona autoritária, definida como trajetória de mão única que não tem escrúpulos de formatar o homem comum schumpeteriano como o tipo ideal do novo capitalismo, abominando quaisquer formas alternativas de sobrevivência humana.

A par desta grave realidade é que ressaltamos a pertinência do lema da Segunda Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada no Brasil, em 2006 pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES): *“Pelo Direito dos Trabalhadores Produzirem e Viverem em Cooperação de Maneira Sustentável”*. O que isso significa ou traz de mais preciso para clarear a questão da Economia Solidária como alternativa ou mesmo convivência com o capitalismo globalizado? O que este lema tem a ver com *“Uma nova economia é possível”*, ou *“Um novo mundo é possível”*?

Entendemos que o significado do lema consiste na resistência de movimentos sociais produtivos contra o modelo econômico hegemônico e excludente. São movimentos sociais produtivos que praticam formas autogestionárias e democráticas, paralelas ao forte apelo massificante e único posto em prática pelos métodos antigos e contemporâneos de gestão capitalista predatória.

Isto aconteceu efetivamente na remota e eloquente experiência dos jesuítas e dos índios Guaranis na região dos Sete Povos das Missões, no início do século XVII, conhecida como a *“República Comunista Cristã dos Guaranis”*. Segundo Clovis Lugon, os frutos deste precoce processo soli-

dário, voltados para o interesse comunitário foram visíveis: igualdade nas relações de trabalho e nas perspectivas de lazer; o binômio educação básica mesclada com a formação cristã, culminando com a eliminação da miséria causada pelo luxo, no sentido da inexistência de pobres entre os habitantes dessa comunidade e, sobretudo o “prazer da vida em comunidade.” (LUGON, 2010, p. 153).

Os ideais e ações dos pensadores socialistas dos séculos XVIII e XIX permanecem e são prenes de contemporaneidade. Saint-Simon, um dos mentores do Socialismo Utópico esboçou a visão de um sistema industrial cujo objetivo seria buscar o melhor bem-estar para os trabalhadores, unidos em associações. Para ele, o Estado deveria assegurar a redistribuição equitativa das riquezas.

358

Já que estamos no mundo do socialismo possível, seria uma comparação descabida relacionarmos o Falanstério de Fourier com os Centros Públicos de Economia Solidária, uma cooperação ativa entre os movimentos sociais solidários e os arranjos institucionais do Governo Brasileiro (Secretaria Nacional de Economia Solidária), em busca da construção da Icária?

E o que falar de Pierre Proudhon, pensador anarquista que era reticente quanto à intervenção estatal nas relações sociais de trabalho e a favor do estabelecimento de um sistema de círculos de ajuda mútua no qual o dinheiro deveria ser substituído por “certificados de circulação”, em que as sociedades intercambiavam serviços? Teria sido Proudhon o precursor das práticas atuais das moedas sociais, dos bancos comunitários e dos clubes de troca?

Por fim, as ações de fomento e desenvolvimento do cooperativismo e da autogestão, tão a gosto das atuais políticas governamentais não estariam lastreadas, também, no

vigoroso pensamento socialista de Robert Owen? Não teria sido ele um dos precursores da polêmica “responsabilidade social” contemporânea?

Nesta mesma linha, a história real e combatente indica-nos antigas experiências de economia solidária ocorridas na região Nordeste do Brasil: Canudos, Caldeirão, as Ligas Camponesas e os “Bancos da Providência”, inspirados por dom Hélder Câmara, dentre outras. Todas se constituíram experiências concretas de organizações populares que lutavam pelo direito de as pessoas produzirem e viverem de forma cooperativa.

O fato concreto é que, o que unia todos esses movimentos emancipatórios e os caracterizavam como “revolucionários”, era uma perspectiva de vida em comunidade, não restrita a apenas aspectos econômicos, mas religiosos, culturais e, sobretudo, diferente de padrões majoritários de produção capitalista.

Estudos recentes promovidos pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) e do Secretariado Latino-Americano e Caribenho da Cáritas (SELACC) informam que, nos últimos vinte anos de crise do capital, neste continente, surgiram organizações não governamentais de base popular como a Confederação Sindical de Trabalhadores das Américas (CSA), que congrega 65 entidades que representam mais de 50 milhões de trabalhadores (CELAM/CÁRITAS, 2010).

Dentre elas, destacam-se a Central dos Trabalhadores da Argentina (CTA), as Centrais Únicas dos Trabalhadores (CUT), no Peru, Colômbia, Brasil e Chile, todas de caráter nacional. No caso específico do México, deve-se registrar a atuação da Confederação dos Trabalhadores do México (CTM) no âmbito das relações sociais do trabalho e da Economia Solidária. Vale ressaltar que, no caso do Brasil, a

Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), a União dos Trabalhadores da Economia Solidária (UNISOL) e a União de Trabalhadores da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) desenvolveram diversos programas de fomento à Economia Solidária com a parceria dos dois governos do presidente Lula.

No final do século XX e início do século XXI surgiram, na América Latina, experiências de organizações de empresas recuperadas e assumidas por seus trabalhadores sob a forma de autogestão. No Brasil, a Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas Autogestionárias (ANTEAG) é a expressão mais antiga e renomada destes trabalhadores provenientes do movimento sindical. Uma das mais famosas experiências de empresas recuperadas desta instituição é a Usina Harmonia, localizada no município de Catende, Pernambuco. Esta usina de açúcar da Zona da Mata faliu e foi recuperada por cerca de 1.500 trabalhadores que praticam atualmente o modelo autogestionário.

360

Na mesma linha de ação, a experiência de recuperação de empresas que faliram no Peru teve sua origem nas “tomadas de fábricas” pelos sindicatos nos anos 1980, objetivando evitar a perda dos postos de trabalho das empresas que quebraram. São conhecidas como “*Empresas Administradas por sus Trabajadores*” e que assumiram as formas de cooperativas ou “*Empresas de Propiedad Social*” (EPS), as quais vêm adotando o estatuto autogestionário (CELAM/CARITAS, 2010).

A história recente de experiências concretas no âmbito do cooperativismo autogestionário na América Latina registra a ação da *Confederación Latinoamericana de Cooperativas de Trabajadores* (COLACOT), porquanto foi protagonista da formulação da lei geral da Economia Solidária na Colômbia

e, também a primeira Lei Cooperativista da Economia Solidária na América Latina. A partir desta inspiração, no Brasil se constituiu a Rede ANCOSOL (Associação Nacional de Cooperativas de Crédito Solidário), com aproximadamente 150 cooperativas vinculadas a Agricultura Familiar e Economia Solidária (CELAM/CARITAS, 2010).

Um fato por demais promissor no contínuo desenvolvimento da Economia Solidária enquanto forma de resistência política e cultural ao capitalismo hegemônico, é a realização das Campanhas de Reflexão sobre a Coleta de Fundos Solidários para a viabilidade financeira de experiências da Economia Solidária, especificamente no Brasil, no Chile e no México.

Estas campanhas, em geral patrocinadas pela Igreja Católica por ocasião das Campanhas da Fraternidade, têm sido responsáveis pelos recursos financeiros para bancar experiências de Desenvolvimento Sustentável. Uma dessas experiências é a *Fundación Solidaria Trabajo para um Hermano*, que atuou diretamente em apoio financeiro aos retornados políticos banidos do país na ditadura Pinochet. Outra notável iniciativa é a Feira de Economia Solidária de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, que significa a mais bem-sucedida experiência de espaços de confluência da Economia Solidária latino-americana.

Outra faceta que tem chamado a atenção como forma alternativa a dinâmicas capitalistas tradicionais tem sido a proliferação de Redes de Comércio Justo e Economia Solidária. Isto significa milhares de trabalhadores na América Latina e Caribe que já trabalham em redes de maneira ampla com seus homólogos, como associações de consumidores, produção de orgânicos, sindicatos, organizações de defesa de direitos humanos e meio ambiente etc. Hoje, na América Latina há uma gama de experiências que merecem registro.

Na Bolívia, por exemplo, identificamos a *Red Nacional de Comercialización Comunitaria* (RENACC) que articula e desenvolve organizações rurais e urbanas no âmbito da Economia Solidária e do Comércio justo. Em sua maioria, são artesãos orientados para a formação de produtores para o mercado interno, para a igualdade de gênero, conservação do meio ambiente e valorização da cultura e da identidade nacionais.

No Equador, se destaca a experiência de *Maqita Cushinchic* (MCCH), tendo por lema “*Comercializando como Hermanos*”. Trata-se de um espaço de coordenação das organizações de produtores e populações urbanas e rurais que trabalham a comercialização comunitária em sete províncias do Equador. Além de promover a comercialização associativa entre as redes de produtores solidários, vem estruturando uma Agroexportadora que conta com dezoito centros de recepção de cacau em outras cinco províncias equatorianas (CELAM/CARITAS, 2010).

As Redes de Colaboração Solidária na Colômbia têm como uma de suas expressões mais importantes a Rede “*Colômbia Verde*”, que se dedica ao fortalecimento organizacional produtivo e comercial de 41 entidades que desenvolvem atividades da agricultura orgânica, artesanato, apicultura e turismo comunitário. É marcante, nesta experiência, o envolvimento de comunidades indígenas do Orinoco e Amazonas Colombiano.

Há cerca de cinco anos vem-se articulando na Argentina o *Espacio Nacional de Economía Social y Solidaria* (NESS) que reúne organizações que partilham o compromisso de desenvolver e consolidar a Economia Solidária mediante a formação de grupos nas províncias de Buenos Aires, Santa Fé, Córdoba, Corrientes, La Rioja, Mendoza e Misiones. No geral, são experiências de microfinanças e de empreende-

dorismo social capitaneadas por instituições como Nuestras Huellas, UNEM, Fundación Síntesis e Cáritas Rosario.

Considerada uma ação bastante criativa e modelar, a *Central de Cooperativas de Comercio y Servicio Solidario* (CECOCE-SOLA), desenvolvida na Venezuela, abrange 85 organizações comunitárias com mais de mil trabalhadores filiados. Esta central atua nas áreas de produção e distribuição de alimentos, serviços funerários, venda de eletrodomésticos, financiamento cooperativo, capacitação e serviços baseados na medicina tradicional. O importante destas experiências é que elas têm permitido gerar um processo educativo contínuo de formação cidadã ao mesmo tempo em que resolve as necessidades coletivas que vão surgindo.

A existência de redes latino-americanas de fomento à Economia Solidária e ao Comércio Justo ocorre também em países como o Uruguai, através da *Coordinadora Nacional de Economía Solidaria*, que abrange as seguintes instituições: *Asociación Uruguaya de Empreendimientos de Economía Solidaria* (AUDEES), *Comercio justo de Uruguay* e *Consejo de Canelones em Economía Solidaria*. No México, desde 1999, o comércio justo vem sendo praticado por pequenos produtores que buscam criar um modelo de desenvolvimento diferente, baseado na justiça, na solidariedade e na sustentabilidade.

Os Fundos Rotativos Solidários no Brasil e a Emancipação de Trabalhadores da Economia Social

O sentido do lema “Pelo Direito dos Trabalhadores Produzirem e Viverem em Cooperação de Maneira Sustentável” quer assegurar o espaço da sobrevivência e da vida para segmentos produtivos considerados como “socialmente mor-

tos”, porque deixados à deriva no mar revolto do modelo de acumulação flexível. É nesta perspectiva que os Fundos Rotativos Solidários - FRS, ou simplesmente Fundos Solidários – FS constituem-se vertentes da Política Nacional de Economia Solidária no Brasil e se configuram como instrumentos vitais de emancipação de trabalhadores excluídos do sistema produtivo hegemônico, marcadamente no Nordeste brasileiro.

Os FRS constituem uma metodologia de apoio financeiro às atividades produtivas de caráter associativo mediante compromissos devolutivos voluntários, considerando formas flexíveis de retorno monetário ou de equivalência por produtos ou serviços, ou ainda sem retorno, dirigidos para o atendimento de comunidades ou grupos associativos produtivos que adotam princípios de gestão compartilhada e convivência solidária (BERTUCCI, 2003, p. 27-28).

364

O economista Paul Singer, em artigo publicado na *Folha de São Paulo* de 10 de julho de 2007), intitulado *Por um sistema financeiro social*, reconhecendo a natureza e a limitação do Sistema Financeiro Tradicional, advoga pela necessidade de novos serviços de apoio financeiro a “fundos comunitários solidários”, clubes de troca, bancos comunitários, entidades de microcrédito e cooperativas de crédito.

Estes fundos solidários têm uma longa história no Brasil, mas é a partir dos anos 1980 que assumem dimensão mais concreta junto aos movimentos sociais e às atividades comunitárias em geral. No decorrer dessa trajetória, a dinâmica e a operacionalização diversa dos mesmos consolidaram diretrizes amalgamadas por sua prática social, constituindo-se critérios de inclusão de beneficiários, socializados e consensuados no âmbito dos programas e projetos de fomento financeiro a empreendimentos solidários. Tais diretrizes podem ser traduzidas pelos seguintes tópicos:

- Ações que refletem articulação em redes de cooperação social e levam em conta práticas de desenvolvimento territorial solidário;
- As entidades beneficiárias que levam em conta a preservação do meio ambiente onde atuam, nunca representando ameaças à saúde humana e aos recursos naturais renováveis decorrentes do exercício de atividades econômicas;
- Os empreendimentos produtivos solidários desenvolvidos tanto nas áreas urbanas e rurais, contemplando segmentos da agricultura familiar, dos trabalhadores assentados, atividades rurais não agrícolas, segurança alimentar, sempre na perspectiva da formação e aperfeiçoamento profissional e da sustentabilidade;
- As organizações beneficiadas que disponibilizam, para efeito de sistematização e acúmulo de experiências, suas metodologias, critérios e estratégias de gestão compartilhada.

Em 1993 surgiu o primeiro FRS gerido pela Articulação do Semi-árido – ASA, no município de Soledade, na Paraíba. Os fundos da ASA mobilizavam – e ainda hoje mobilizam – recursos da própria comunidade. Inicialmente estavam orientados para a construção de cisternas de placas e outras estruturas comunitárias, na perspectiva de uma educação para o manejo sustentável dos recursos hídricos e, também, para implantação de bancos de sementes. Tinham como fundamento, o compromisso de cada família em contribuir para um fundo comunitário, em pequenas parcelas, um valor equivalente aos recursos recebidos e, assim, possibilitar que outras famílias pudessem ter acesso a este benefício.

Ao longo da década de 1990, a prática de implementação de pequenos projetos comunitários e constituição de fundos solidários recebeu grande estímulo para sua expansão quando a Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, sob a liderança de Betinho, fez uma grande campanha de apoio a projetos de geração de renda. A partir de 1999, os recursos oriundos da Coleta da Campanha da Fraternidade da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), decorrente das experiências das Feiras da Providência promovidas por dom Hélder Câmara foram integralmente destinados aos Fundos Diocesanos de Solidariedade, que se dedicaram a viabilizar projetos produtivos solidários em toda a região Nordeste do País.

Como resultado imediato da criação e atuação dos FRS, assistimos ao desenvolvimento de uma forma específica de financiamento às iniciativas econômicas populares, que são as finanças solidárias; estas, ao lado de outras propostas, tais como as cooperativas populares de crédito, as entidades de crédito popular solidário, os clubes de trocas com moedas sociais espalham-se por todo o país e dão surgimento às diversas redes que têm como foco o fomento e a constituição de mecanismos financeiros voltados aos setores populares.

Essas experiências comprovam a capacidade de os FRS chegarem até um público que tradicionalmente tem ficado à margem das políticas públicas, disponibilizando recursos e outros serviços que impulsionam a organização de atividades produtivas por parte dessa população.

Isso só é possível pela capilaridade que os fundos solidários possuem e pelo aproveitamento adequado dos recursos disponíveis no local, valorizando as estruturas e sinergias existentes. Essa proximidade e a interação que os fundos estabelecem, estimula a integração e o desenvolvimento

local comunitário e solidário. Ademais, há de se ressaltar a importância que têm esses processos de autofinanciamento dentro de práticas educativas emancipatórias: a população mais pobre possui, mesmo que sua expressão monetária seja diminuta, uma enorme capacidade de mobilizar suas poupanças em função de estratégias coletivas.

Os FRS são movimentos sociais que elegeram a autogestão, a produção coletiva e cooperativada, a adoção de prosaicos estilos de sociabilidade em seus territórios. Principalmente nos espaços rurais da região Nordeste, estes movimentos sociais produtivos situam-se nos níveis de subsistência e de acumulação simples.

Eles constituem um tabuleiro gigantesco que representa a contraposição da nova economia, globalizada e excludente, versus pequenos “pontos de luz”, aqui entendidos como experiências comunitárias sustentáveis como as Bodegas da Cáritas, no Ceará, expressivo exemplo de redes de cooperação solidária da economia popular. Representam a eloquente concretude e eficiência de financiamentos solidários para os produtores rurais do Polo Sindical da Borborema, na Paraíba. Os FRS dão forma e expressão à experiência do turismo comunitário da Prainha do Canto Verde, no Ceará, dentre outras.

O que estes movimentos sociais querem dizer? Suspeitamos que as suas ações e vozes simbolizam a convicção de que os trabalhadores rurais associados dos territórios nordestinos querem simples e prosaicamente armazenar água nas cisternas de placas, criar animais domésticos, cultivar o inhame, praticar a apicultura, construir casas e igrejas através de mutirões, defender a cultura popular, preservar os seus rincões da especulação imobiliária e discutir os problemas locais, enfim, viver em harmonia com o meio ambiente.

Tais manifestações destes *modus vivendi* multiplicam-se em toda a região nordestina e se identificam com os fundos solidários de Caiçara, na Paraíba, onde centenas de famílias de agricultores administram coletivamente os seus negócios e põem em prática os princípios do desenvolvimento territorial. Outras experiências inovadoras de convivência com o semiárido de 65 famílias ocorrem na Lagoa dos Cavalos, no Ceará; nos Criatórios Comunitários do Pajeú, em Pernambuco; na Associação dos Trabalhadores do Sisal, na Bahia; nas Feiras Solidárias em todo o nordeste do País; na experiência de desenvolvimento territorial solidário de Pintadas, na Bahia, enfim, nos sugestivos projetos emancipatórios da economia popular regional encetados pelos Bancos Comunitários. Aqui, convém destacar a crescente e decisiva articulação do saber das universidades com o saber dos movimentos sociais organizados.

368

A política de fomento à Economia Solidária no Brasil adquiriu, a partir de 2003, uma crescente institucionalidade. O marco dessa ocorrência foi a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária- SENAES, sob a inspiração do economista Paul Singer e do movimento social da Economia Solidária, o que significou o reconhecimento do Estado da existência e visibilidade deste movimento. Em âmbito regional, a criação do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários- PAPPS, pelo Banco do Nordeste do Brasil – BNB, em 2005, constituiu um enorme avanço social.

Trata-se de um Programa de concessão de financiamentos a empreendimentos solidários nos estados da região Nordeste, limitados até R\$ 150 mil. Convém registrar que a gestão desta política regional é compartilhada pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária, pela CNBB, pela Articulação pelo Semi-Árido Nordeste – ASA, pelo Fórum Brasileiro de

Segurança Alimentar, com o apoio técnico da Universidade Federal do Ceará – UFC. Este comitê gestor é responsável pela mobilização, divulgação, publicação de edital e seleção das propostas a serem financiadas.

As condições de enquadramento, retorno social dos investimentos, acompanhamento e controle social deste programa têm sido asseguradas pela constância das reuniões periódicas. Até o ano de 2011, o PAPPS havia financiado 85 projetos na região Nordeste, o que implicou na liberação de cerca de 9 milhões de reais.

Em suma, o resultado da ainda desconhecida política de fomento aos FRS não é desprezível. Recentemente, algumas das comunidades rurais da localidade de Caiçara, na Paraíba, apoiadas pelos FRS lograram o prêmio Metas do Milênio da ONU. Tal resultado traduz a eficiência dos fundos solidários como estratégia de inclusão social.

Significa que, em hipótese nenhuma, o capitalismo financeirizado dará conta de incluir seres humanos no processo civilizatório. Significa, também, que aos movimentos sociais compete a liberdade de escolha de novas formas de subsistência e de colaboração social. Enfim, a tecnologia social dos FRS, os Clubes de Troca, o Comércio Justo e Solidário, a Autogestão, a Preservação do Meio Ambiente são processos que fortalecem a Economia Popular e Solidária no continente latino-americano e fazem ecoar o lema: “Pelo direito de Trabalhadores Produzirem e Viverem em Cooperação de Maneira Sustentável”.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2010.

BERTUCCI, Ademar & SILVA, Roberto M. *Vinte anos de economia popular solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PAC à EPS*. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

CELAM. *La economía solidaria em America Latina y El Caribe: actores, presencia, experiências, redes; reflexion y desafios*. Colômbia, 2010. (Mimeo).

FUNDAÇÃO GRUPO ESQUEL. *Fundos solidários: por uma política de emancipação produtiva dos movimentos sociais*. Brasília, 2009. (Caderno 1)

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

LUGON, Clovis. *A república Guarani*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

OIT. Uma recaída em El empleo? *Revista Trabajo*, n. 73, 2011.

MÉSZÁROS, István. "O Marxismo de István Mészáros". Entrevista. *Revista Sociologia*, ano IV, edição 36, ago./set. 2011.

SANTIAGO, Eduardo G. *Emprender para sobrevivir: ação econômica dos empreendedores de pequeno porte*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro: Record, 2005.